



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Subsecretaria de Administração

Edital No. 1006/2024, de 12 de novembro de 2024

A Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP) do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), seleciona servidor público estável, ocupante de cargo efetivo de nível médio ou superior do Poder Executivo Federal, Estadual, Municipal ou Distrital, para desempenhar as atribuições do Posto de Trabalho nº 0066, para ocupar Função Comissionada Executiva (FCE 1.07), de chefe na Divisão de Qualidade de Vida (DIQVI), da Coordenação de Desenvolvimento Humano-Organizacional (CDHO), da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP), em Brasília, Distrito Federal.

1. SOBRE A UNIDADE

De acordo com o Regimento Interno da Secretaria-Executiva do MJSP, aprovado pela Portaria MJSP nº 260, de 28 de dezembro de 2022, compete à Divisão de Qualidade de Vida da Coordenação de Desenvolvimento Humano-Organizacional (DIQVI/CDHO/CGGP):

Art. 66. À Divisão de Qualidade de Vida compete:

- I - desenvolver e implementar projetos, programas e ações que promovam a qualidade de vida dos servidores;
- II - promover o fortalecimento e integração das ações direcionadas ao bem-estar físico, social e mental;
- III - promover a realização de atividades de conscientização, educação e orientação relativas à prevenção de doenças ocupacionais;
- IV - planejar, instruir e acompanhar processos de formalização de convênios, termos de cooperação administrativa, credenciamentos e congêneres, na temática de Qualidade de Vida; e
- V - propor e manter indicadores de qualidade de vida e bem-estar dos servidores.

2. DA(S) VAGA(S) / OPORTUNIDADE(S)

Oportunidade para servidor público estável, ocupante de cargo efetivo de nível médio ou superior do Poder Executivo Federal, Estadual, Municipal ou Distrital, para desempenhar as atribuições do Posto de Trabalho nº 0066, para ocupar Função Comissionada Executiva (FCE 1.07), de chefe na Divisão de Qualidade de Vida (DIQVI), da Coordenação de Desenvolvimento Humano-Organizacional (CDHO), da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP), em Brasília, Distrito Federal.

2.1. Chefe da Divisão de Qualidade de Vida (FCE 1.07) com PGD presencial no MJSP

Unidade Organizacional: Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas

Vagas: 1

Programa de Gestão: Presencial

Jornada: 40 Horas

Tipo de Movimentação: Cessão

Incentivo: FCE 1.07

Posto de Trabalho nº DIQVI/0066 (FCE 1.07)

Oportunidade para servidor público estável, ocupante de cargo efetivo de nível médio ou superior do Poder Executivo Federal, Estadual, Municipal ou Distrital, para desempenhar as atribuições do Posto de Trabalho nº 0066, para ocupar Função Comissionada Executiva (FCE 1.07), de chefe na Divisão de Qualidade de Vida (DIQVI), da Coordenação de Desenvolvimento Humano-Organizacional (CDHO), da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP), em Brasília, Distrito Federal.

2.1.1. Requisitos da Oportunidade

VÍNCULO

- SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL EFETIVO (P. EXECUTIVO) (Exceto estágio probatório) (Desejável)
- SERVIDOR PÚBLICO DE OUTROS ENTES E PODERES (Desejável)

AS ATIVIDADES QUE SERÃO EXERCIDAS ENVOLVEM

Realizar atividades de suporte administrativo às atividades da área, com presteza e probidade, de acordo com normativos internos e legislação vigente.

Operar em processos eletrônicos, com atenção e presteza por meio de sistemas informatizados específicos.

Elaborar e analisar relatórios gerenciais, mediante solicitação das áreas, visando subsidiar os gestores na tomada de decisões, com enfoque na força de trabalho.

Compreender as necessidades, ideias e sentimentos das pessoas, atuando de forma empática nas relações interpessoais, para garantir um ambiente saudável e colaborativo.

Comprometer-se com a conquista de resultados positivos, no exercício das atividades, atuando de acordo com as diretrizes e valores do MJSP.

Concentrar esforços no que é efetivamente necessário e importante para o desempenho mantendo-se informado sobre os contextos externos e internos ao órgão e no âmbito de atuação, de modo a se preparar para desafios atuais e futuros.

Coordenar as ações voltadas à qualidade de vida no trabalho, de acordo com as prioridades definidas Ministério, com foco na redução de afastamentos por motivo de saúde.

Acompanhar as ações do programa qualidade de vida, com atenção a garantia do bem-estar e promoção da saúde no trabalho, conforme legislação vigente.

OUTROS REQUISITOS DESEJADOS

Deve possuir habilidades e atitudes orientadas para coordenar e acompanhar as ações voltadas à qualidade de vida no trabalho, além das competências e atributos já identificados para o Posto de Trabalho nº DIQVI/0066.

3. DO PROCESSO SELETIVO

3.1. DAS ETAPAS DO PROCESSO

3.1.1. Inscrição

Para se inscrever, o candidato deverá conhecer plenamente os termos do edital e certificar-se de que é capaz de comprovar o atendimento a todos os requisitos gerais e específicos, além das qualificações técnicas que indicar, bem como ter ciência de eventuais perdas de gratificação decorrentes do processo de movimentação. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

Conforme determina a Instrução Normativa SGP/MGI nº 31, de novembro de 2023, em seu art. 4º, os currículos dos candidatos deverão estar cadastrados no Currículo e Oportunidades do SOUGOV.BR.

A inscrição implicará no comprometimento do candidato em encaminhar Ofício de Liberação para Movimentação, conforme modelo disponibilizado como anexo deste Edital, a ser enviado para o e-mail selecoes.cgpp@mj.gov.br.

3.1.2. Outros

Na etapa de Cadastramento de Competências, os candidatos deverão acessar o Sistema Competências, no endereço <https://competencias.mj.gov.br>, para preencher a aba Competências, em conformidade com as orientações constantes do E-book disponibilizado como anexo deste Edital.

3.1.3. Análise Curricular

A Análise Curricular será realizada pela Unidade detentora da vaga.

3.1.4. Entrevista

A Entrevista visa aferir se o candidato possui o conhecimento técnico desejado e o perfil profissional adequado para o exercício do posto de trabalho objeto deste Edital. O candidato considerado não apto na entrevista será eliminado do processo seletivo. A entrevista será realizada em data, horário e formato a serem definidos pela unidade detentora da vaga.

3.1.5. Resultado

A escolha final do candidato é ato discricionário da autoridade responsável pela indicação, nomeação ou pela designação.

Na hipótese de não ser escolhido quaisquer dos candidatos inscritos, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) poderá solicitar a abertura de novo processo seletivo.

A qualquer tempo poder-se-á anular a designação do candidato, desde que verificada qualquer incongruência nos documentos apresentados.

As informações prestadas no currículo são de inteira responsabilidade do candidato, dispondo o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) do direito de excluir do processo seletivo aquele que fornecer dados comprovadamente inverídicos.

4. CRONOGRAMA

ETAPAS	DATAS	OBSERVAÇÕES
Inscrição	De 13/11/2024 até o dia 22/11/2024	A inscrição deverá ser efetivada exclusivamente por meio do SOUGOV.
Outros	De 26/11/2024 até o dia 26/11/2024	O Cadastramento de Competências deverá ser efetivado no Sistema Competências, acessível em https://competencias.mj.gov.br
Análise Curricular	De 28/11/2024 até o dia 29/11/2024	A Análise Curricular será realizada pela Unidade detentora da vaga.
Entrevista	De 02/12/2024 até o dia 11/12/2024	A Entrevista será realizada pela Unidade detentora da vaga.
Resultado	De 12/12/2024 até o dia 13/12/2024	O Resultado do Edital será divulgado no SOUGOV.

5. DISPOSIÇÕES FINAIS

- Este edital atende ao estabelecido na Instrução Normativa SGP/MGI nº 31, de 9 de novembro de 2023.
- O envio da candidatura implicará na aceitação, pelo candidato, das normas e requisitos contidos neste edital.
- O não comparecimento à entrevista na data, na hora e no local definidos será considerado como desistência por parte do candidato, sendo ele automaticamente eliminado do processo seletivo.
- A qualquer tempo poder-se-á anular a designação do candidato, desde que verificada qualquer incongruência nos documentos apresentados.
- A escolha final do candidato é ato discricionário da autoridade responsável pela indicação, nomeação ou pela designação.
- Na hipótese de não ser escolhido qualquer dos candidatos selecionados, o responsável pelo edital poderá solicitar a abertura de nova seleção.
- A seleção para oportunidades profissionais não garante a efetivação da movimentação, designação, nomeação, ou concessão, que ocorrerá a critério das unidades ou órgãos envolvidos, na forma estabelecida nos atos normativos vigentes.
- As informações prestadas no currículo são de inteira responsabilidade do candidato, dispondo o responsável por este edital do direito de excluir do processo seletivo aquele que fornecer dados comprovadamente inverídicos.